

Carlos Alberto Pereira de Castro
João Batista Lazzari

MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

*Atualizado de
acordo com o*
**Novo
CPC**
Lei 13.105
de 16.03.2015

18^a revista,
edição atualizada
e ampliada

*Conforme a legislação em vigor
até julho de 2015*



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 18. ed. rev., atual. e ampl.– Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ISBN: 978-85-309-6599-0

1. Previdência social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

12-7696.

CDU: 349.3(81)

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Fermino (*in memoriam*) e Dozolina, agradeço os ensinamentos recebidos e os exemplos de vida, marcados pelo amor e pela dedicação aos filhos.

À minha amada esposa Patrícia, pelo incentivo e pela compreensão nos muitos momentos de ausência em virtude da dedicação ao trabalho e aos estudos.

Às minhas lindas filhas Nicole e Natália, motivo de imenso amor, alegria e felicidade.

João Batista Lazari

Aos meus familiares, a quem agradeço na pessoa do meu eterno professor Ernesto Castro, mestre da disciplina “Viver”, que, tendo cumprido sua missão de ensinador neste mundo, não permaneceu entre nós a ponto de ver esta obra concluída.

À Carolina, fonte de minha inspiração, razão de ser do meu futuro, pelo carinho e pelo companheirismo nos momentos de estudo e reflexão.

Ao meu filho, Victor Hugo, em cuja geração deposito minhas esperanças de um mundo melhor.

Carlos Alberto Pereira de Castro

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XXXIX
--------------------	-------

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador.....	3
1.1 Prólogo	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	5
1.3 A mútua assistência e a caridade	5
1.4 A assistência social estatal	6
1.5 A formação do conceito de bem-estar social	7
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge	12
Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social	19
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa huma- na	19
2.2 A solidariedade social	21
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	22
2.4 A proteção aos previdentes	23
2.5 A redistribuição de renda.....	24
2.6 O risco social.....	26
2.7 Da previdência à segurança social.....	27

Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social.....	29
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos	30
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização	31
3.3 Sistemas privados de previdência	32
3.4 O sistema de pilares	33
Capítulo 4 – A Evolução da proteção social no Brasil.....	37
4.1 Primeiras regras de proteção	38
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	39
4.3 Os institutos de classe.....	41
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988	43
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	45
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas	47
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998.....	49
4.8 O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo	52
4.9 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42, de 2003.....	54
4.10 A Emenda Constitucional n. 47, de 2005.....	54
Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....	57
5.1 Conceito e objeto de estudo.....	57
5.2 Autonomia Científica.....	59
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito	60
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito	62
5.5 Fontes do Direito Previdenciário	64
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário	71
6.1 Antinomias e critérios de solução	72
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução.....	73
6.3 Interpretação das normas	75
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	76
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	77
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil	78
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....	87
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário	88

7.2	Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	90
7.3	Princípios específicos de custeio.....	93
7.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	97
Capítulo 8	– Regimes previdenciários	103
8.1	O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	103
8.2	Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios	104
8.3	Regime Previdenciário Complementar	106
8.4	Regime dos Militares das Forças Armadas.....	110

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9	– A organização da Seguridade Social	115
9.1	Sistema Nacional de Seguridade Social.....	115
9.2	Ministérios da área da Seguridade Social.....	116
9.3	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	117
9.4	Gestão descentralizada.....	118
9.5	Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS.....	119
9.6	Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	119
9.7	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	121
9.8	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	123
9.9	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC....	125
9.10	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	126
9.11	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	129
Capítulo 10	– Relação jurídica de custeio	133
10.1	Definição da relação obrigacional.....	133
10.2	Autonomia da relação de custeio.....	134
10.3	Identidade com a relação obrigacional tributária	135
Capítulo 11	– Contribuintes da seguridade social.....	137
11.1	Segurados da Previdência Social.....	138
11.2	Empresa e entidades equiparadas.....	140
11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial	141

11.4	Empregador doméstico	143
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos	144
Capítulo 12	– Relação jurídica de seguro social	145
12.1	Definição da relação de Seguro Social	145
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação	147
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social	149
Capítulo 13	– Segurados do Regime Geral de Previdência Social ...	155
13.1	Segurados – Definição	155
13.2	Segurados obrigatórios	155
13.2.1	Empregado urbano e rural	157
13.2.2	Empregado doméstico	169
13.2.3	Contribuinte individual	171
13.2.4	Trabalhador avulso	175
13.2.5	Segurado especial	177
13.3	Segurado facultativo	184
13.4	A menoridade e a filiação como segurado	186
13.5	Aposentado que retorna à atividade	188
Capítulo 14	– Filiação dos segurados	189
Capítulo 15	– Manutenção e perda da qualidade de segurado	195
Capítulo 16	– Dependentes	201
Capítulo 17	– Inscrição dos segurados e dependentes	215
17.1	Inscrição dos segurados	216
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	220
17.2	Inscrição de dependentes	223

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18	– Sistema de financiamento da Seguridade Social	229
18.1	Sistema contributivo	232
18.2	Participação da União	233

18.3	Contribuições sociais	234
18.3.1	Conceituação	235
18.3.2	Natureza jurídica	236
18.3.3	Características gerais	237
18.4	Outras receitas da Seguridade Social	239
Capítulo 19	– Contribuições ao Sistema	241
19.1	Salário de contribuição	241
19.2	Salário-base	244
19.3	Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso	245
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo	249
19.5	Contribuições das empresas	256
19.5.1	Contribuição sobre a folha de pagamento	256
19.5.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos	261
19.5.3	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT	265
19.5.3.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP	268
19.5.3.2	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial	275
19.5.4	Contribuição sobre a receita e o faturamento	277
19.5.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	277
19.5.6	PIS/PASEP	286
19.5.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	289
19.5.8	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL	290
19.6	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior	298
19.7	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil	301
19.7.1	Conceito de obra de construção civil	302
19.7.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil	303

19.7.3	Aferição indireta das contribuições.....	307
19.7.4	Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	308
19.7.5	Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	308
19.7.6	Retenção na construção civil.....	309
19.8	Contribuição dos clubes de futebol profissional	309
19.9	Contribuição do empregador doméstico	311
19.10	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	313
19.11	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica	317
19.12	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	319
19.13	Contribuições destinadas a terceiros.....	320
Capítulo 20 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social ...		323
20.1	Requisitos para a isenção.....	325
20.2	Requerimento e deferimento da isenção.....	328
20.3	Alcance da isenção.....	328
20.4	Revisão da isenção.....	329
Capítulo 21 – Remissão e anistia		331
Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....		335
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização	335
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições	336
22.3	Obrigações acessórias.....	343
22.4	Prerrogativas da fiscalização	354
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	357
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios	362
22.6.1	Restituição de contribuições e compensação	362
22.6.2	Reembolso de benefícios	368
22.7	Parcelamento de débitos.....	369
Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....		377
23.1	Construção Civil.....	378
23.2	Grupo econômico	381

23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares	382
23.4	Tomador de serviços	383
23.5	Administradores públicos	388
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	389
Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à seguridade social		391
24.1	O Conflito de Normas: Lei de Custeio e CTN	392
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições	394
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos	397
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições ...	399
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal	400
Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal		401
Capítulo 26 – Processo Administrativo Fiscal		409
26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social	409
26.1.1	Notificação de Lançamento – NL	415
26.1.2	Auto de Infração – AI	416
26.2	Tramitação e Julgamento	418
26.3	Depósito recursal – exigibilidade	421
Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial		423
Capítulo 28 – Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho		441
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos	455
28.2	Condição da União na lide trabalhista	460
28.3	Legislação aplicável	462
28.4	Créditos executáveis	463
28.5	As prerrogativas da União	468
28.6	Apuração do valor devido	469
28.7	O procedimento da execução	471
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	477
Capítulo 29 – Dos crimes contra a previdência Social		481
29.1	O Regime da Lei n. 9.983/2000	481
29.2	Apropriação indébita previdenciária	482

29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91	488
29.2.2	Constitucionalidade	489
29.2.3	Tipo objetivo.....	491
29.2.4	Tipo subjetivo.....	491
29.2.5	Consumação e tentativa	492
29.2.6	Sujeito ativo	493
29.2.7	Sujeito passivo	494
29.2.8	Crime continuado.....	495
29.2.9	Ação penal.....	495
29.2.10	Extinção da punibilidade	497
29.2.11	Perdão judicial.....	499
29.2.12	Dificuldades financeiras	501
29.2.13	Princípio da insignificância	502
29.2.14	Prisão por dívida.....	504
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações	504
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	505
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	505
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	508
29.7	Falsidade documental	508
29.8	Falsificação de documento público	509
29.9	Violação de sigilo funcional.....	509
29.10	Equiparação a funcionário público.....	510
29.11	Estelionato previdenciário	510

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 30 – Introdução	515
Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária	519
31.1 Suspensão do benefício.....	523
31.2 Cancelamento do benefício.....	525
31.3 Processo administrativo previdenciário	528

Capítulo 32 – Períodos de carência	541
Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios	553
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo	554
33.1.1 Atividades concomitantes	561
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	565
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício	566
33.2 Fator previdenciário	567
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário.....	571
33.4 Exclusão do Fator Previdenciário com base na Fórmula 95/85	572
33.4.1 Exclusão do Fator Previdenciário em relação aos Professores	575
33.5 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial	577
33.6 Renda mensal inicial.....	578
33.7 Valor-limite dos benefícios.....	582
Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios	585
34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	588
34.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios.....	589
34.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública	590
34.2 Aplicação da Súmula n. 260 do ex-TFR na transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez	591
34.3 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994	593
34.4 Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003	594
34.5 Primeiro reajuste após a concessão do benefício	596
34.6 Apuração da RMI do Auxílio-Doença e da Aposentadoria por Invalidez: art. 29, II da Lei n. 8.213, de 1991	597
34.7 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior à data de entrada do requerimento.....	600
34.8 Inclusão do Décimo Terceiro como Salário de Contribuição para cálculo do salário de benefício	603
34.9 Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício	605
34.10 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	608

34.11	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade	609
34.12	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/98	610
34.13	Teses superadas	614
34.13.1	Reajustes pelo salário mínimo de referência	614
34.13.2	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988	614
34.13.3	Súmula n. 260 do extinto TFR para benefícios que não o auxílio-doença	615
34.13.4	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91)	615
34.13.5	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	616
34.13.6	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos	617
34.13.7	Valor mínimo dos benefícios	618
34.13.8	Gratificação natalina de 1988/1989	618
34.13.9	URP de fevereiro de 1989	619
34.13.10	Salário mínimo de junho de 1989	619
34.13.11	Expurgos inflacionários	619
34.13.12	Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91	620
34.13.13	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	620
34.13.14	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94	621
34.13.15	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003	622
34.13.16	Revisão da renda mensal da pensão por morte	622
34.13.17	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95	624
34.13.18	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91	624

Capítulo 35 – Pagamento dos Benefícios	627
35.1 Pagamento feito a terceiros.....	630
35.2 Intangibilidade do valor do benefício.....	631
35.3 Acumulação de benefícios.....	634
Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais	639
36.1 Evolução histórica da proteção acidentária.....	639
36.2 Conceito de acidente do trabalho.....	642
36.3 Doenças ocupacionais.....	646
36.4 Nexo causal e concausalidade.....	648
36.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente....	656
36.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....	658
36.7 Responsabilidade civil da empresa e do empregador doméstico por acidente do trabalho.....	660
36.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	661
36.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	661
36.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social.....	662
36.7.4 Responsabilidade penal.....	662
36.7.5 Sanções administrativas.....	662
36.8 Direito à indenização por acidente de trabalho.....	663
36.9 Ação regressiva previdenciária.....	681
36.10 Estabilidade do empregado acidentado.....	684
Capítulo 37 – Benefícios em Espécie	689
37.1 Aposentadoria no RGPS.....	689
37.1.1 Direito à desaposentação.....	691
37.1.1.1 Despensão.....	696
37.1.2 Reaposentação com base em novo implemento de requisitos.....	697
37.1.3 Aposentadoria e vínculo de emprego.....	699
37.2 Aposentadoria por idade.....	705
37.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	707
37.2.2 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	713

37.3	Aposentadoria por tempo de serviço	720
37.4	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	722
37.4.1	Aposentadoria do professor.....	727
37.4.1.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	729
37.4.2	Aplicação dos novos critérios para aposentadoria ...	731
37.5	Aposentadoria especial	732
37.5.1	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	751
37.5.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum	755
37.6	Aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência	758
37.7	Aposentadoria por invalidez	764
37.7.1	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade	777
37.8	Auxílio-doença.....	779
37.9	Auxílio-acidente	807
37.10	Pensão por morte	817
37.11	Auxílio-reclusão.....	838
37.12	Salário-maternidade.....	847
37.13	Salário-família	860
37.14	Abono anual.....	864
37.15	Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS	865
37.15.1	Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso.....	876
37.15.2	Auxílio-Inclusão aos Portadores de Deficiência.....	877
Capítulo 38 – Benefícios extintos		879
38.1	Renda mensal vitalícia	879
38.2	Auxílio-natalidade	880
38.3	Auxílio-funeral	881
38.4	Pecúlio	881
38.5	Abono de permanência em serviço	882
38.6	Aposentadorias diferenciadas.....	882
Capítulo 39 – Serviços.....		885
39.1	Serviço Social.....	885
39.2	Habilitação e reabilitação profissional	886

Capítulo 40 – Tempo de contribuição para fins previdenciários.....	891
40.1 Prova do tempo de contribuição.....	896
40.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	900
40.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	902
40.4 Aluno-aprendiz.....	908
40.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	910
40.5.1 O Art. 55 da Lei de Benefícios e o Princípio de Aptidão para a Prova. A Inconstitucionalidade pela Afronta ao Princípio da Ampla Defesa.....	912
40.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	916
40.7 Justificação Administrativa.....	920
40.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	923
Capítulo 41 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios ...	925
41.1 Prescrição do direito a prestações.....	925
41.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	929
41.3 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição.....	932
41.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	936
41.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	937
41.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	939
41.7 Prazo Decadencial para o INSS rever seus Atos.....	940
41.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	943
Capítulo 42 – Ações previdenciárias.....	945
42.1 Competência para as ações previdenciárias.....	946
42.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	947
42.1.2 Competência Federal delegada.....	948
42.1.3 Prestações acidentárias.....	949
42.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	951
42.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	952

42.2	Prévio ingresso na via administrativa.....	954
42.3	Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	957
42.3.1	Competência dos JEFs	960
42.3.2	Valor da causa.....	962
42.3.3	Renúncia	963
42.3.4	Legitimidade	964
42.3.5	Sentença líquida	965
42.3.6	Recursos	965
42.3.6.1	Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela	967
42.3.6.2	Recurso da Sentença (Recurso Inominado)	968
42.3.6.3	Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência.....	971
42.3.6.4	Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência	973
42.3.6.5	Incidente de Uniformização de Jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	977
42.3.7	Cumprimento da sentença	982
42.3.8	Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência	984
42.3.9	Nulidades.....	985
42.3.10	Custas e honorários advocatícios	986
42.4	Pagamentos devidos pelo INSS	988
42.4.1	Evolução legislativa.....	989
42.4.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV)	991
42.4.3	Pagamento por precatório.....	992
42.4.4	Complemento positivo	993
42.5	Idosos, portadores de doença grave e pessoas com deficiência	994
42.6	Coisa Julgada Previdenciária.....	995
42.7	Execução do Julgado.....	1000

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 43 – Introdução	1005
Capítulo 44 – Histórico	1013

Capítulo 45 – Aspectos Gerais dos Regimes Próprios.....	1017
Capítulo 46 – Principais pontos das Reformas Constitucionais.....	1029
Capítulo 47 – Custeio dos Regimes Próprios.....	1041
Capítulo 48 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios	1049
48.1 Aposentadoria por invalidez permanente.....	1058
48.2 Aposentadoria compulsória por idade.....	1066
48.3 Aposentadoria voluntária	1069
48.3.1 Aposentadoria por idade.....	1075
48.3.2 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1075
48.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária	1078
48.4 Aposentadorias Especiais.....	1087
48.5 Tempo de Contribuição no Serviço Público.....	1094
48.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1096
48.5.2 Contagens fictícias.....	1100
48.6 Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	1101
Capítulo 49 – Pensão por Morte nos Regimes Próprios	1103
Capítulo 50 – Reajustamento do Valor dos Benefícios	1113
Capítulo 51 – Direito Adquirido nos Regimes Próprios	1119
Capítulo 52 – Previdência Complementar para Servidores Públicos....	1123

PARTE VI

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 53 – A Globalização e o Estado Contemporâneo.....	1137
Capítulo 54 – As Mudanças no Direito Comparado.....	1149
Capítulo 55 – A previdência brasileira e suas características	1159
Capítulo 56 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira – A Experiência do Fórum Nacional da Previdência Social.....	1169
56.1 Aprimoramento do atendimento ao público	1191

56.2	Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....	1191
56.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1192
56.4	Combate à informalidade e inclusão previdenciária	1192
56.5	Pleito aos ministérios da educação e da cultura, de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a seguridade social	1193
56.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à seguridade social.....	1193
56.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a previdência social é um bem necessário	1194
56.8	Modernização da gestão da informação	1194
56.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos	1195
56.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita	1195
BIBLIOGRAFIA.....		1205

ANEXOS

1. Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária.....	1215
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	1221
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal	1223
Súmulas do Tribunal Federal de Recursos (extinto pela Constituição Federal de 1988)	1224
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	1226
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.....	1231
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 DO TST	1236
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias)	1239
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST	1240
Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST.....	1241
Precedentes Normativos do TST	1241
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região	1241
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região	1243

Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região	1244
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4. ^a Região	1245
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5. ^a Região	1248
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região	1248
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 2. ^a Região	1249
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3. ^a Região	1249
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4. ^a Região	1250
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 5. ^a Região	1251
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 6. ^a Região	1251
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8. ^a Região	1252
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9. ^a Região	1253
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 10. ^a Região	1253
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 11. ^a Região	1254
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12. ^a Região	1254
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13. ^a Região	1255
Súmula do Tribunal Regional do Trabalho da 14. ^a Região	1256
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 15. ^a Região	1256
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17. ^a Região	1257
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18. ^a Região	1257
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20. ^a Região	1258
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22. ^a Região	1258
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 23. ^a Região	1259
Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais	1259
Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Ju- risprudência dos Juizados Especiais Federais	1264
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2. ^a Região	1268
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4. ^a Região	1268
Súmula da Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre – AC – 1. ^a TR	1269
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR – 1. ^a TR	1269
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia	1270
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal	1270

Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....	1272
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.....	1275
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados.....	1275
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....	1277
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....	1278
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte	1283
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.....	1284
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.....	1285
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1286
Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1287
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo	1288
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe	1290
Súmulas da Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins TR-TO	1291
Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF	1292
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho	1300
Súmulas da Advocacia-Geral da União	1303
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social	1306
2. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....	1311
Códigos de interpretação dos benefícios concedidos pelo INSS.....	1313
Quadros-Resumo dos Benefícios do RGPS.....	1315
Quadros-Resumo dos Benefícios do RPPS	1344
A – Aposentadoria Voluntária	1344
B – Aposentadoria Compulsória	1350

C – Aposentadoria por Invalidez.....	1351
D – Pensão por Morte	1352
E – Previdência Complementar dos Servidores Públicos	1353
Fluxograma do processo administrativo	1355
Quadros-Resumo dos Recursos	1361
Recursos no âmbito dos Juizados Especiais Federais.....	1361
Recurso de Medida Cautelar ou Antecipação de Tutela.....	1361
Recurso da Sentença (Recurso Inominado)	1361
Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência	1364
Incidente Nacional de Uniformização de Jurisprudência	1366
Incidente de Uniformização de Jurisprudência Dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	1369
Agravo Regimental.....	1371
Mandado de Segurança	1371
Recurso de Apelação – Rito Ordinário	1372
Recurso Especial – Rito Ordinário	1374
Recurso Extraordinário	1376
Tabelas de contribuições mensais.....	1380
Contribuições de segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos.....	1380
Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos	1383
Tabela de Incidência	1385
Contribuição sobre a produção rural a partir de 1.º.11.1991.....	1392
Contribuições Devidas pela Agroindústria, Produtores Rurais (pessoa jurídica e física), Consórcio de Produtores, Garimpeiros, Empresas de Captura de Pescado	1394
Tabela de alíquotas por códigos FPAS.....	1398
Benefícios	1401
Tabela de carência – Art. 142 da Lei n.º 8.213/1991.....	1403
Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial....	1404
Tabelas de Conversão aprovadas pelo Decreto nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013	1404
Tabela de enquadramento do período trabalhado em atividade especial.....	1406
Tabela de reajustes de benefícios	1407
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 03 de dezembro de 2007 até 30 de novembro de 2008	1408



Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2008 até 30 de novembro 2009	1408
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2009 até 30 de novembro de 2010	1409
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2010 até 30 de novembro de 2011	1409
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2011 até 30 de novembro de 2012	1410
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2012 até 1º de dezembro de 2013	1410
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 02 de dezembro de 2013.....	1411
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2013.....	1412
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2014.....	1415
Fator Previdenciário 2010 (Tabela IBGE 2008)	1416
Fator Previdenciário 2011 (Tabela IBGE 2009)	1417
Fator Previdenciário 2012 (Tabela IBGE 2010)	1418
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011)	1419
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011)	1420
Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012)	1421
Fator Previdenciário 2014 (Tabela IBGE 2012)	1422
Fator Previdenciário 2015 (Tabela IBGE 2013)	1423
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	1425